

ELEMENTOS DE UMA ECONOMIA MIMÉTICA?

Vinicius Schröder Senna

Mestre em Teoria da Literatura e Doutorando em Literatura Comparada pela UERJ

INTRODUÇÃO

A economia tende a ser observada em sua incidência na realidade factual. Por outro lado, entre as ambições da teoria – inclua-se a teoria econômica – está a de contribuir para a formulação de hipóteses influenciadoras do cotidiano. Os livros de Erik Reinert e Thomas Sowell apresentam hipóteses sobre o que gerou a prosperidade de alguns países e o que manteve outros em limitações indesejadas: ambos apontam para a importância da influência entre as nações como dado fundamental.

A percepção de que a influência de um modelo sempre determina os objetivos humanos constitui a base da teoria mimética de René Girard. A influência entre países, do mesmo modo, está na base do mais recente ensaio de João Cezar de Castro Rocha (2017). De acordo com esses pensadores, tomar uma decisão é sempre tomar uma decisão a partir de concordâncias e discordâncias – seja no plano individual, seja no coletivo. Durante mais de cinquenta anos, René Girard aprimorou o entendimento do mecanismo mimético: apresentou suas dinâmicas e consequências, de modo que a articulação entre os dois economistas e a teoria mimética favorece a compreensão do aspecto mimético da economia.

57

UM MODELO É UM MODELO É UM MODELO

Quando um aluno de pós-graduação em teoria da literatura diz para alguém que a situação econômica dos escandinavos é muito boa, ou quando um professor de filosofia adverte os seus leitores

sobre a debilitada situação econômica da sua terra natal, do que essas pessoas estão falando? Na verdade, essa pergunta não interessa a praticamente ninguém, pois nunca vi quem se acovardasse diante desse detalhe. Alguns têm um repertório razoável, outros conhecem um pouco menos o tema, e, no final das contas, quase todo mundo tem uma opinião sobre o presente e o passado, ou um palpite para o futuro. Um economista, no entanto, pode ver as coisas de forma mais precisa. Um deles, por exemplo, chega a fazer uma advertência sobre a questão.

Aqueles intelectuais que não atuam no campo dos estudos em economia mostram, em grande parte, uma notável falta de interesse em aprender até mesmo os fundamentos mais básicos da ciência econômica. No entanto, sempre que podem, não hesitam em proferir pronunciamentos bombásticos sobre a situação econômica, o mundo dos negócios e questões em torno do que é chamado de “distribuição de renda” (SOWELL, 2011 [2009], p. 65).

Sowell sabe, certamente, que pessoas que não conhecem os fundamentos básicos de uma disciplina podem pensar seriamente sobre um de seus temas com as ferramentas precárias de que dispõem e, ainda assim, chegar a opiniões válidas a despeito da falta de alguns conceitos. René Girard dizia que a tão elogiada interdisciplinaridade, quando se materializa, provoca uma série de ressentimentos. Ele mesmo se destacou na vida intelectual ao tratar de temas da crítica literária, da antropologia, da filosofia. O próprio Sowell, na verdade, transita por temas jurídicos, políticos, históricos, com grande habilidade e sem hesitação. Quando Sowell critica intelectuais que emitem sentenças econômicas, ele se refere especificamente aos intelectuais que pouco ou nada conhecem de economia e forçam conceitos e dados econômicos para que caibam em suas perspectivas de mundo ou ideologias políticas: “Talvez mais perigoso do que tudo seja a prática de não sujeitar crenças que estão na moda ao teste dos fatos, mas, em vez disso, aceitá-las ou rejeitá-las por se encaixarem bem em alguma visão de mundo existente” (SOWELL, 2017 [2007-11], p. 284).

Para este artigo, aceitarei a sugestão implícita no comentário de Thomas Sowell e solicitarei o auxílio de economistas profissionais. Farei isso através do próprio Sowell, mas também através do trabalho do economista norueguês Erik S. Reinert, que, no livro *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres* (2016 [2008]), apresentou um complexo panorama do desenvolvimento econômico de diversos países.

Para a escolha dos dois economistas, contribuiu o fato de ambos abordarem questões estreitamente ligadas ao tema da escolha de modelos para atos posteriores de emulação; vale dizer, um tema girardiano por definição. No livro *Fatos e falácias da economia* (2007 [2017]), num capítulo chamado “Fatos e falácias do terceiro mundo”, Thomas Sowell se dedica a esclarecer alguns temas centrais para a compreensão do que eu chamo, aqui, de economia mimética. Antes da leitura desse livro, eu conhecia o trabalho do economista por conta do longo ensaio *Os intelectuais e a sociedade* (2011 [2009]), de onde tirei o trecho sobre os “pronunciamentos bombásticos”. O livro de Erik Reinert também apresenta análises importantes para o desenvolvimento da noção de economia mimética, que podem ser previstas nos sugestivos capítulos e subcapítulos: “Emulação: como os países ricos ficaram ricos” e “Colônias e pobreza”, em que se analisa o modo pelo qual a emulação econômica teve e tem um papel fundamental na prosperidade de diversos países.

A partir da leitura do ensaio de Erik Reinert, muitas questões sobre as diferenças econômicas entre os países podem ser discutidas; no entanto, me atenho a algumas perguntas, como a que diz respeito ao título: como os países ricos ficaram ricos? Meu interesse, no entanto, não é a descoberta de um segredo sobre o caminho do enriquecimento das nações, mas entender a passagem que leva das dificuldades financeiras para uma situação de maior autonomia gerada pela prosperidade econômica.

“

Sowell e Reinert se aproximam
num ponto importante,
unificado na questão: qual é
o papel da imitação na vida
econômica de um país?

Sowell e Reinert se aproximam num ponto importante, unificado na questão: qual é o papel da imitação na vida econômica de um país? Por imitação, aqui, entendo sobretudo a adoção de modelos na definição de políticas macroeconômicas. Erik Reinert é um crítico do livre mercado e Thomas Sowell um defensor do livre mercado. No entanto, ambos concordam num ponto: a emulação é a chave para o progresso econômico; emulação relacionada à maneira como países menos desenvolvidos se deixam ou não influenciar pela forma como outros países controlam os seus negócios. É claro que muitos fatores compõem o panorama que leva um país da pobreza à riqueza; entre eles, fatores culturais, geográficos, políticos. A forma de regular o mercado é uma delas, mas não *apenas* uma delas. As resoluções ligadas à forma de regular o mercado demonstram, na verdade, o resultado do entendimento de seu povo a respeito dos fatores culturais, geográficos, políticos.

Se a emulação é fundamental, será igualmente importante alguma forma de seleção do modelo adequado aos objetivos.

No panorama histórico apresentado por Erik Reinert, percebe-se o quão instáveis são as realidades econômicas. No entanto, um padrão é apontado pelo economista já na introdução:

Os países ricos tornaram-se ricos porque durante décadas, muitas vezes séculos, seus governos e suas elites dominantes instituíram, subvencionaram e protegeram indústrias e serviços dinâmicos. Eles emularam os mais prósperos países da época, conduzindo suas estruturas produtivas para as áreas em que a mudança tecnológica se concentrava. Assim, criaram rendas (uma rentabilidade acima do rendimento “normal”) que se distribuíram aos capitalistas na forma de lucros maiores, aos trabalhadores na forma de salários maiores e aos governos na forma de impostos maiores (REINERT, 2016 [2008], p. 37).

Os países mais ricos “*emularam* os mais prósperos países da época”. Ainda que o método econômico, em si, pareça conhecido e antigo, uma palavra faz diferença. Além disso, o autor segue apontando para algo além da estratégia comercial: “Em essência, o colonialismo é um sistema que visa a evitar que esses tipos de efeitos sejam produzidos nas colônias” (REINERT, 2016 [2008], p. 37). Isto é, no plano mais geral das relações internacionais e fundamentalmente assimétricas do sistema-mundo – na acepção definida por Immanuel Wallerstein –, tudo se passa como se os países mais ricos utilizassem uma proteção propriamente antimimética. Vale dizer, inverte-se o provérbio: faça o que *eu digo*, mas nunca o que *eu fiz*!

Agora, reconheço, o cenário lembra o que há de mais corriqueiro em conversas do cotidiano quanto às conspirações de ricos contra pobres – o que não é meu propósito. Contudo, os argumentos do autor se fortalecem na medida em que a leitura avança. Seu parágrafo seguinte reforça o que será central para a compreensão do funcionamento de uma economia mimética: “Se você tiver de levar algo deste livro, que seja isto: caso queira compreender as causas da prosperidade americana e europeia, estude as políticas de quem a criou, não o conselho de seus esquecidos sucessores” (REINERT, 2016 [2008], p. 39). Esse trecho ilumina a questão: para que a emulação tenha alguma chance, faz-se necessário descobrir o modelo adequado. Reinert adverte sobre a armadilha contida no que podemos chamar de *duplo vínculo econômico* – e emprego duplo vínculo (*double bind*) no sentido proposto por Gregory Bateson. De forma resumida, um país exibe a sua riqueza, mas recomenda um caminho que não leva a ela. O risco reside no ensinamento que, no entanto, jamais foi usado por quem ensinou. Não se trata apenas de uma diferença decorrente de atualizações ou aperfeiçoamentos, mas de orientação que pode levar a destino diferente do desejado.

O que contribui decisivamente para que um país saia das dificuldades financeiras, e alcance uma situação de maior autonomia, diz respeito às implicações da rivalidade mimética na economia: sujeitos com o mesmo interesse influenciam o “adversário” com o objetivo de afastá-lo do objeto de interesse em comum. Nesse caso, uma perspectiva romântica pode ser o obstáculo decisivo.

Aqui é necessário um esclarecimento. A solidão e o individualismo, como se sabe, são características marcantes do romantismo (AUERBACH, 2015 [1944], p. 358). Assim como a noção de originalidade e autenticidade (SAFRANSKI, 2010 [2007], p. 77). No entanto, o romantismo não pode ser reduzido a essas quatro características; embora as características românticas citadas (individualismo, solidão, autenticidade e originalidade) funcionem – na teoria mimética – como uma contraposição à dependência de um modelo.

Sendo assim, quando eu me refiro ao romantismo, não estou me referindo, precisamente, a uma época e às suas manifestações artísticas e intelectuais. Estou me referindo à ocultação da necessidade de modelos, baseada na falsa autossuficiência, que equivale à noção de “mentira romântica” que René Girard apresentou em *Mentira romântica e verdade romanesca* (2009 [1961]). Trata-se de uma mentira porque – no limite – “o sujeito só reivindica sua

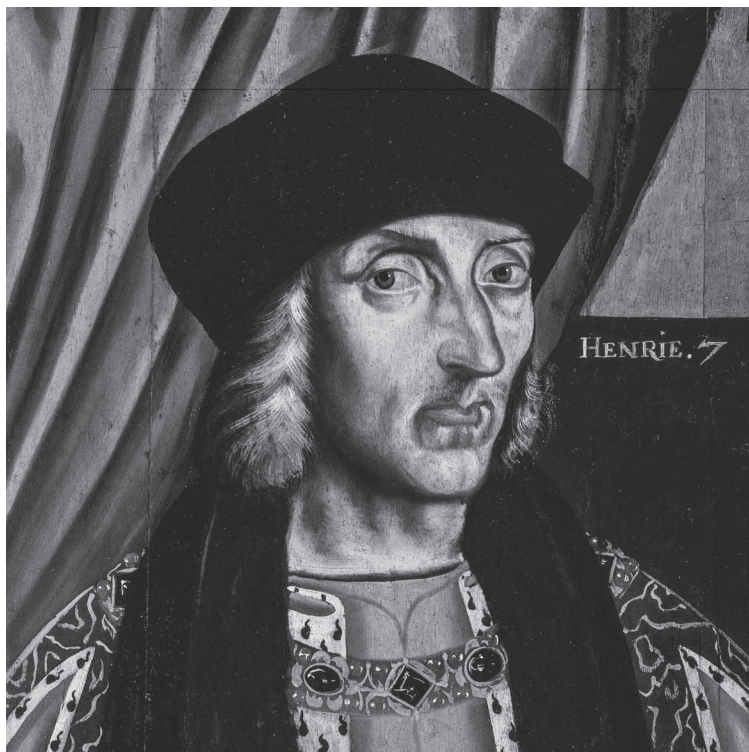
autonomia porque ele pensa que o modelo que escolheu para si é autônomo ou pode vir a sê-lo” (GIRARD, 2011b [2007], p. 153).

Outro esclarecimento diz respeito à palavra *romanesco*. Como adjetivo referente ao romance, relaciona-se, a princípio, à escrita de histórias em língua românica, isto é, em língua vulgar (AUERBACH, 2015 [1944], p. 178). No entanto, o *romanesco* evoca – sobretudo em língua portuguesa – as narrativas ficcionais. Sendo assim, tal ocorrência poderia causar certo estranhamento, uma vez que o *romanesco*, aqui, pretende estar mais próximo da verdade por oposição à mentira romântica. A verdade *romanesca* de René Girard, contudo, não se afasta da ficção. Para Girard, existe a ficção romântica e a ficção *romanesca*, e as recorrências do desejo que ele encontrou nos “romances *romanescos*” são analisadas, comparativamente, com os “romances românticos”.

A diferença entre um e outro modo de apreender a experiência ficcional está na maneira como cada uma delas apresenta o desejo humano, e no jogo de influências dele derivado. De acordo com o que foi dito – e segundo a teoria mimética – é romântica a obra ficcional que não apresenta ou dissimula a necessidade de um modelo para o desejo. É *romanesca* a obra ficcional que, ao contrário, evidencia as relações miméticas e as suas implicações. As consequências desse entendimento, no entanto, vão além da ficção – René Girard afirma que um filósofo pode ser romântico ao ignorar, em suas considerações, a natureza mimética do desejo (GIRARD, 2011a [2008], p. 137). A ficção, nesse sentido, não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida, pois foi na leitura de obras ficcionais que René Girard percebeu, claramente, como opera o desejo mimético – que, por sua vez, se aplica à realidade.

A INGLATERRA ESTAVA NO NEGÓCIO ERRADO

Henrique VII, antes de se tornar rei da Inglaterra – reinado que começou em 1485 e terminou com a sua morte em 1509 –, passou a infância na Borgonha. Uma vez rei, ele se lembraria do que viu na infância. Entre as suas recordações infantis, estava a lã que chegava da Inglaterra e abastecia a produção têxtil da Borgonha. Na lembrança do homem adulto, não eram apenas os produtores têxteis que prosperavam; o mesmo acontecia com as atividades dos padeiros e dos artesãos. Quando Henrique VII fez essa reflexão, a Inglaterra – seu país – estava empobrecida. A lembrança do que viu na Borgonha seria decisiva para as suas futuras decisões. Se a lembrança é própria ou se, na verdade, se trata de reminiscência de conversas que avaliaram o passado em retrospecto, não se sabe.



Autor desconhecido. *Henrique VII* [detalhe]. Antes de 1626. Óleo sobre madeira, 41,3x55,2 cm. Dulwich Picture Gallery

Mais importante é, como observou Erik Reinert, que Henrique VII percebeu que o país estava no negócio errado. Foi essa percepção que fez a Inglaterra deixar de ser uma exportadora de matérias-primas para se tornar um país produtor, sobretudo, de têxteis.

Henrique VII criou um considerável arsenal de política econômica. Sua primeira e mais importante ferramenta eram as tarifas de exportação: os produtores de têxteis estrangeiros teriam de processar matérias-primas mais caras que suas contrapartes inglesas. Aos fabricantes de lã recém-estabelecidos concediam-se isenção fiscal por certo período e monopólios em determinadas regiões. Também houve uma política para atrair artesãos e empreendedores do exterior, especialmente da Holanda e da Itália (REINERT, 2016 [2008], p. 129).

63

O decisivo, aqui, não é a comparação com as noções atuais de mercado aberto ou fechado – embora o tema esteja visível. David Hume, em sua *História da Inglaterra* (1754-62), destaca as significativas decisões de Henrique VII na política econômica da Inglaterra do final do século XV e início do XVI. Hume também

faz diversas críticas aos exageros de Henrique VII. Entre eles, o fato de o rei, para promover o tiro com arco, limitar o preço máximo de venda dos arcos. Os salários dos trabalhadores também foram regulados, assim como os preços dos casacos de lã, capas e chapéus. Para Hume, “é evidente que tais matérias devem permanecer livres, confiando-se no curso dos negócios e do comércio” (HUME, 2017 [1754-62], p. 139). No entanto, mesmo entre ressalvas, Hume reconhece a importância de Henrique VII:

Embora tenha elevado sua prerrogativa acima da lei, Henrique VII é exaltado pelo historiador de seu reinado¹¹ por ter promulgado numerosas leis benígnas para o governo de seus súditos. E, de fato, muitas regras importantes encontram-se em seus estatutos, tanto em relação à política interna quanto ao comércio. Mas as primeiras são em geral formuladas com muito mais acerto do que as últimas (HUME, 2017 [1754-62], p. 134).

O economista norueguês do século XXI discorda do grande filósofo e historiador inglês do XVIII quanto ao maior acerto na política interna do que no comércio. Para Reinert, a dificuldade criada por Henrique VII – para que a matéria-prima não fosse comprada por rivais comerciais – foi o começo de mudanças importantes no comércio, contudo era necessário fazer mais. Foi preciso criar, de fato, um setor industrial forte para fazer valer o monopólio da lã e, simultaneamente, incrementar o comércio ultramarino.

A estratégia funcionou e ficou conhecida como Plano Tudor.

Tal como Veneza e Holanda, e pelos mesmos métodos, a Inglaterra posicionou-se na situação de renda tripla: um setor industrial forte, monopólio sobre determinada matéria-prima (lã) e comércio ultramarino.

Vários historiadores ingleses salientam que a política industrial dos Tudor foi a verdadeira base da grandeza posterior da Inglaterra (REINERT, 2016 [2008], p. 129).

A grandeza da Inglaterra – por exemplo, muito admirada pelos personagens do escritor V. S. Naipaul em célebres romances – foi emulada, claro. Em *Coração das trevas* (1902), Joseph Conrad nos recorda – por meio da voz soturna de Charles Marlow – um paralelo insuspeitado, mas decisivo, entre Londres e os longínquos portos de onde vinham os marinheiros: “Aqui também,

1 Lorde Bacon em *The History of the Reign of King the Seventh* (1622), como foi indicado por Pedro Paulo Pimenta – o tradutor da obra – em nota.

disse Marlow *de repente*, ‘foi um dos lugares tenebrosos da terra’” (CONRAD, 2015 [1902], p. 12).

O que impressiona os candidatos a escritor – na verdade, candidatos a ingleses – nos romances: *Meia vida* (2002 [2001]), de V. S. Naipaul, e *Juventude* (2005 [2002]), de J. M. Coetzee, é, no entanto – e antes de tudo –, uma fantasia a respeito da Inglaterra que foi formada pelos livros que leram. Na base dessa fantasia, sobretudo em Naipaul, existe, de qualquer forma, um dado bastante concreto: o poder econômico dos ingleses. Os personagens de Naipaul sonham com um *status* social e uma vida próspera que não são possíveis em seus países, mas o são na Inglaterra. Por isso mesmo, é importante destacar que o país que serviria de base para os sonhos precisou copiar o comportamento comercial de outro para deixar a pobreza e alcançar a “grandeza posterior”: ainda que ultrapasse a questão financeira, a prosperidade é, nesse caso, indissociável da mencionada grandeza. De qualquer forma, vale destacar a importância dos fatores culturais num cenário de influência mútua entre países.

Migrações por todo o mundo em séculos recentes fizeram com que povos racial e culturalmente diferentes interagissem em sociedades distantes daquelas em que seus antepassados surgiram e desenvolveram tanto suas diferentes culturas quanto suas diferentes capacidades econômicas. Muitas vezes reproduziram nos novos destinos os mesmos padrões encontrados nas suas terras de origem. A mineração, que foi parte tão ativa da história econômica do País de Gales, também desempenhou um papel fundamental na história dos imigrantes galeses que se fixaram nos

“

também os ingleses tiveram um momento histórico, por assim dizer, não hegemônico, antes de se tornarem os modelos ‘naturais’ no século XIX

Estados Unidos e na Austrália. A abundância ou predominância de judeus na produção de roupas na Espanha medieval também reapareceu mais tarde no Império Otomano, nos Estados Unidos e na América do Sul (SOWELL, 2017 [2007-11], p. 266).

Sowell explica a confusão que pode ser feita quando se ignora o impacto multiforme da influência.

A resistência à ideia de haver razões internas para diferenças entre indivíduos, grupos ou nações é tão desesperadamente difundida quanto falaciosa. Um acadêmico, por exemplo, disse que os judeus tiveram sorte de chegar à América bem na época em que o setor de vestuário estava prestes a decolar² – ignorando a possibilidade de ter sido exatamente a presença dos judeus que levou a uma disparada do setor de vestuário, como ocorreu em outros países (SOWELL, 2017 [2007-11], p. 268).

A Inglaterra estava empobrecida na época em que Henrique VII começou o seu reinado. A pobreza foi superada depois da percepção de que o país estava no negócio errado. Esse primeiro passo teve origem na lembrança do que Henrique VII tinha visto na Borgonha. No entanto, para que um plano de mudança fosse colocado em prática, foi necessária a participação de artesãos e empreendedores estrangeiros no âmbito da emulação de uma estratégia comercial – entre eles, italianos e holandeses. Isto é, o caminho para que a Inglaterra saísse das dificuldades em que se encontrava passou claramente pela influência de uma estratégia alheia e pela cooperação direta de membros de outros países.

Em vista disso, Reinert adverte quanto à necessidade de se identificar o que de fato foi determinante para a prosperidade dos países ricos. Pois ouvindo apenas as teorias desenvolvidas posteriormente, corre-se o risco de cair num sofisticado “antimimetismo” – não *necessariamente* intencional. Corre-se o risco de entrar naquilo que apontei, acima, como duplo vínculo econômico.

O que hoje chamamos de economia de mercado, ou capitalismo, tem suas origens na complexa dinâmica que envolve manufatura e comércio de bens e serviços. Trata-se de algo evidente, mas com consequências importantes e muito distintas de acordo com a assimilação ou não dessa evidência.

O capitalismo deve ser entendido como um sistema de consequências não intencionais, e as consequências não intencionais de se lucrar com a indústria são diferentes daquelas encontradas em

2 Em nota, o autor indica a leitura de Steinberg (1981, p. 99-103).

“

o caminho para que a Inglaterra saísse das dificuldades em que se encontrava passou claramente pela influência de uma estratégia alheia e pela cooperação direta de membros de outros países

nações onde todos obtêm seus lucros a partir de matérias-primas. Quando esses mecanismos são compreendidos, é possível – tal como foi para Henrique VII – criar os efeitos desejados por meio de políticas econômicas sensatas (REINERT, 2016 [2008], p. 135).

A Espanha colonial do século XVI serve de contraste. O país enriqueceu com o ouro e a prata de suas colônias – além da produção agrícola de azeite e vinho que foi protegida da concorrência estrangeira, mas foram justamente esses os fatores que desencadearam o seu colapso.

Em contraste com a Inglaterra – que havia protegido e incentivado a indústria desde a chegada de Henrique VII ao poder em 1485 –, a Espanha protegia sua produção agrícola, como azeite e vinho, contra a concorrência estrangeira. No final do século XVI, a Espanha, que possuía uma considerável produção industrial, estava desindustrializada (REINERT, 2016 [2008], p. 135).

Nem o ouro nem a prata das colônias garantiram a riqueza desejada.

67

Estava claro para os observadores de então que o ouro e a prata que fluíam para a Espanha vazavam para fora dela e acabavam em dois lugares: Veneza e Holanda. Tal qual um lento tsunami, é possível estudar a onda de inflação que se espalhou pela Europa, com seu epicentro na Espanha. Por que esse fluxo de ouro e prata ia parar em zonas geográficas tão limitadas? O que distinguia Veneza e Holanda do resto da Europa? A resposta é que esses locais tinham uma indústria extensa e diversificada,

e praticamente nenhuma agricultura. Espalhava-se pela Europa a noção de que as verdadeiras minas de ouro do mundo não eram as físicas, mas a indústria manufatureira (REINERT, 2016 [2008], p.136).

Na mesma época, Henrique VII teve especial interesse em trazer, para a Inglaterra, artesãos e empreendedores da Itália e da Holanda.

Ao que parece, a especiaria alheia de fato é – também no campo da economia – fundamental para o condimento próprio, como Machado de Assis já advertira (ASSIS, 1986 [1906], p. 731). Como imaginar o mesmo movimento no plano da cultura? Tema para outro artigo, que no momento apenas anuncio; desta vez, limitei-me a esboçar elementos de uma economia mimeticamente compreendida.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986 [1906]. v. 3.
- AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1944].
- COETZEE, J. M. *Juventude*. Tradução de José R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [2002].
- CONRAD, J. *Coração das trevas*. Tradução de S. Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1902].
- GIRARD, R. *A conversão da arte*. Tradução de L. L. Silva. São Paulo: É Realizações, 2011a [2008].
- _____. *Rematar Clausewitz: além da Guerra – diálogos com Benoît Chantre*. Tradução de P. Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2011b [2007].
- _____. *Mentira romântica e verdade romanesca*. Tradução de Lília L. da Silva. São Paulo: É Realizações, 2009 [1961].
- HUME, D. *História da Inglaterra: da invasão de Júlio César à Revolução de 1688*. Tradução de P. P. Pimenta. São Paulo: Unesp, 2017 [1754-62].
- NAIPAUL, V. S. *Uma curva no rio*. Tradução de C. Graieb. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1979].
- _____. *Meia vida*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [2001].
- SAFRANSKI, R. *Romantismo: uma questão alemã*. Tradução de Rita Rios. São Paulo: Estação Liberdade, 2010 [2007].
- SOWELL, T. *Fatos e falácias da economia*. Tradução de R. Sardenberg. Rio de Janeiro: É Realizações, 2017 [2007-11].
- _____. *Os intelectuais e a sociedade*. Tradução de M. G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2011 [2009].
- STEINBERG, Stephen. *The ethnic myth: race, ethnicity, and class in America*. New York: Atheneum, 1981.
- REINERT, E. S. *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres*. Tradução de C. Penna. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016 [2008].
- CASTRO ROCHA, J. C. de. *Culturas shakespearianas: teoria mimética e os desafios da mimesis em circunstâncias não hegemônicas*. São Paulo: É Realizações, 2017.